



Implementação do Programa Academia da Saúde no Brasil

Autor(es)

João Vagner Cavalari
Vinicius Augusto Rosa
Nurya Nicole De Almeida Sgorlon
Lucas Dos Santos Pereira
Eric Henrique Da Silva Matos
Carlos Henrique Guzzi David

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - ARAPONGAS

Introdução

O Programa Academia da Saúde (PAS), instituído em 2011 pela Portaria Ministerial nº 1.401, representa uma estratégia capital do Ministério da Saúde, na qual visa promover saúde e bem-estar por meio de exercício físico regular, alimentação saudável e práticas integrativas. Alinhado às políticas do Sistema Único de Saúde (SUS), o PAS visa o combate contra as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como diabetes e hipertensão, associadas a hábitos sedentários e alimentação inadequada. Sua implementação reflete a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), destacando-se como uma intervenção preventiva no âmbito da atenção primária, reconhecendo a importância da promoção da saúde e da prevenção de doenças como estratégias fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população.

Objetivo

Analizar a implementação do PAS no Brasil, com foco em sua eficácia na promoção de atividades físicas, alimentação saudável, práticas integrativas e educação em saúde, além de identificar desafios financeiros e estruturais.

Material e Métodos

Realizou-se uma revisão bibliográfica narrativa baseada em artigos científicos, manuais do Ministério da Saúde, relatórios governamentais e dados do Google Acadêmico, SciELO e Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde (últimos 5 anos). Utilizaram-se os descritores “Programa Academia da Saúde no Brasil” e “Financiamento Programa Academia da Saúde”.

Resultados e Discussão

De acordo com dados do Ministério da Saúde (2023) revelam que 54,7% dos óbitos em 2019 no Brasil foram causados por DCNTs. Em 2024, o PAS contava com 1.549 polos credenciados e 3.450 construídos em todo território nacional. O ápice de adesão ocorreu no início do programa entre 2011-2012, quando o financiamento era



centralizado; a partir de 2013, com recursos dependentes de emendas parlamentares, a expansão do PAS desacelerou. Evidências apontam que o programa é eficaz na redução de fatores de riscos para DCNTs, porém enfrenta limitações como disparidades regionais e insuficiência de recursos. De modo que estas limitações comprometem a funcionalidade e manutenção do programa, afetando sua eficiência no combate às DCNTs, que representam um desafio significativo para a saúde pública no Brasil.

Conclusão

O PAS é uma ferramenta essencial e indispensável para a promoção da saúde e prevenção de DCNTs, mas requer maior investimento e uniformização de políticas para ampliar seu alcance e sustentabilidade. Recomenda-se a priorização de financiamento federal contínuo e a integração com outras iniciativas do SUS, garantindo acesso equitativo e qualidade nas intervenções oferecidas pelo programa. Além disso, é fundamental implementar estratégias que promovam a capacitação contínua das equipes envolvidas, bem como fortalecer os mecanismos de monitoramento e avaliação das ações do PAS.

Referências

- CARVALHO, F. F. B. et al. Os desafios para a promoção da saúde no SUS: análise do financiamento federal de custeio do Programa Academia da Saúde de 2021 a 2024. SciElo Preprints, 2025. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/Scielo/preprint/view/11113>.
- TUSSET, D. et al. Programa Academia da Saúde: um olhar quantitativo das adesões entre 2011 a 2017. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14315>.